



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº # 11 # do

Processo 468/01

Amélia Mayumi Inuchi

16 - PAR

16-1510/2001

DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E
ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 468/2001.

Projeto de autoria do Executivo visa a autorizar a Prefeitura do Município de São Paulo a pagar diretamente aos órgãos autuadores as multas de trânsito em decorrência de infrações cometidas pelos motoristas de veículos municipais.

A Prefeitura recolherá a multa independentemente e sem prejuízo de recurso por parte do condutor do veículo, o qual se aceito será devolvido aos cofres públicos e caso indeferido, será promovido o desconto em folha de pagamento do servidor, observados o limite e a forma determinada no artigo 96 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, em parcelas não superior a 10% (dez por cento) de seus vencimentos líquidos.

Justifica o Executivo que dessa forma ele estará assumindo para si o pagamento das multas e nos casos de indeferimento de recurso, poderá ressarcir-se dos danos causados pelo seu agente, uma vez que devido o elevado valor da maioria das multas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, decorre longo tempo até que haja a efetiva quitação do débito, o que determina, por sua vez, a impossibilidade de licenciamento dos veículos multados, obstando sua livre circulação e deteriorando o patrimônio público face ao desuso dos veículos.

Na atual sistemática é efetuado o desconto de uma só vez na folha de pagamento, dependendo do valor da multa, ou permitido o pagamento parcelado na forma estatutária, enquanto no projeto se propõe sua divisão em qualquer situação, se culpa houver do motorista.

Dada a agilização dos procedimentos e desburocratização no trâmite do serviço público, para permitir que a frota de veículos continue constante e sem prejudicar o patrimônio, o projeto merece nosso apoio.

Favorável, portanto, nosso parecer.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, em 22/11/01

Presidente

Relatora

17 - RELCOM
17-5105/2001